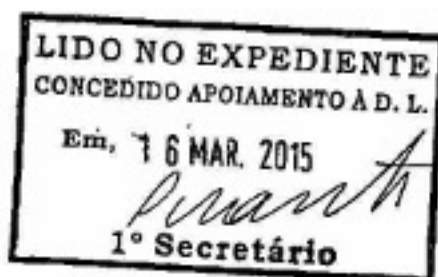




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 185/2015



Dispõe sobre a isenção do pagamento de pedágio para pessoas com doenças graves e degenerativas em tratamento de saúde fora do Município de seu domicílio.

Art. 1º. Ficam obrigadas as empresas concessionárias de pedágio do Estado do Paraná, isentar a tarifa dos veículos de pessoas com doenças degenerativas.

§ 1º. Para se beneficiar da isenção de tarifa, o enfermo deverá comprovar o tratamento de saúde fora do Município de seu domicílio;

§ 2º. Deverá ser comprovado a inexistência de qualquer tratamento similar no Município de seu domicílio;

§ 3º. Deverá ser comprovado a necessidade, periodicidade e prazo de realização do tratamento, por meio de laudo médico.

Art. 2º. As empresas concessionárias de pedágio deverão criar uma identificação para os beneficiados de isenção da tarifa descritos no artigo anterior.

15:06 16/03/2015 001051 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de março de 2015.

Missionário Ricardo Arruda
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA

De acordo com a legislação, as doenças consideradas graves são: Aids, Câncer, Cegueira, Contaminação por Radiação, Doença Renal, do fígado ou do coração, Doença de Paget em estados avançados, Doença de Parkinson, Esclerose múltipla, Hanseníase, Paralisia irreversível e incapacitante e Tuberculose ativa. Os portadores dessas doenças, podem conseguir benefícios do governo na compra de veículos, quitação da casa própria financiada pela Caixa Econômica Federal, possuem prioridades em atendimento judicial e podem conseguir que o governo ou plano de saúde custeiem seu tratamento médico.

Devido ao sistema de saúde estadual não possuir um amplo atendimento em todos os Municípios do estado, muitos portadores de doenças graves precisam se deslocar para outras cidades, onde existe um sistema de saúde mais completo, para realizar o seu tratamento.

Para esse tipo de isenção, será necessário que o médico solicitante do encaminhamento do enfermo a ser tratado em outro Município, ateste a real necessidade, periodicidade e prazo do tratamento.

As empresas concessionárias de pedágio criarão uma identificação dos beneficiados, com um prazo de validade igual ao prazo do tratamento de saúde.

Podemos exemplificar aqueles enfermos que tem seu domicílio em Paranaguá e realizam tratamento em Curitiba uma vez por semana, esses tem um custo mensal de R\$ 134,40 somente de pedágio, sem calcularmos combustível e alimentação, isso representa 17% do salário mínimo vigente, um valor que certamente afeta diretamente no orçamento financeiro de qualquer família.

Dessa forma, entendo que a isenção de tarifa nos pedágios é um benefício muito importante para os portadores dessas doenças, pois nessas condições, muitos diminuem significativamente os seus ganhos, dificultando ainda mais o seu tratamento de saúde, quando não existe nenhum tratamento similar no Município de seu domicílio.



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre O Projeto de Lei (PL) nº 185, de 2015, que dispõe sobre a isenção do pagamento de pedágio para pessoas com doenças graves e degenerativas em tratamento de saúde fora do município de seu domicílio.

Relator: Dep. PEDRO LUPION

I. Relatório

Submete-se ao exame desta Comissão o PL nº 185, de 2015, de autoria do Deputado Estadual Missionário Ricardo Arruda, que objetiva a isenção do pagamento de pedágio para pessoas portadoras de moléstias graves e/ou degenerativa em tratamento de saúde em município diverso de seu domicílio.

Conforme consta da justificativa apresentada pelo Parlamentar, reputa-se como doenças graves a Aids, Câncer, Cegueira, Contaminação por Radiação, Doença Renal, do fígado ou do Coração, Doença de Paget em estados avançados, Doença de Parkinson, Esclerose múltipla, Hanseníase, Paralisia irreversível e incapacitante e Tuberculose ativa. Assim, conforme a legislação vigente os portadores dessas doenças já possuem direitos reconhecidos por intermédio a exemplo da possibilidade de quitação da casa própria financiada pela Caixa Econômica Federal, assim como prioridade em trâmite nos processos judiciais dentre outros.



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



Outrossim, menciona que a rede de atendimento de saúde estadual não possui amplo atendimento em todos os municípios do Estado, ao passo que muitos portadores de doenças graves necessitam se deslocar para outras cidades para um tratamento adequado.

Por fim, traz informações técnicas acerca das previsões e formas que se darão as almejadas isenções.

Até a corrente data não consta a apresentação de emendas.

É O RELATÓRIO

ii. Fundamentação

Passo para a análise da constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, conforme a competência Regimental desta Comissão (art. 33-A¹, RIALEP).

Consigne-se que a análise ora realizada é de fundamental importância uma vez que se presta exatamente para evitar a introdução no ordenamento jurídico de norma inconstitucional antes que surja um conflito interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação.

O PL nº 185, de 2015, não apresenta vício de regimentalidade.

Em relação ao proponente, inegavelmente, é legítimo para apresentar Projetos de Lei conforme se verifica na Constituição Estadual (art. 65²) e no próprio Regimento Interno desta Casa Legislativa (art. 124³).

Acerca da competência, conforme dispõe o artigo 13, inciso XIV da Constituição do Estado do Paraná, compete ao Estado membro, concorrentemente

¹Art. 33-A [RIALEP] Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

²Art. 65. [CE] A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo meu)

³Art. 124. [RIALEP] A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo meu)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



com a União, dispor sobre a *"proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência."*

Com efeito, considerar o caráter social da pretensa legislação no que tange a correlação entre a previsão e o exercício de ir e vir dos portadores de moléstias graves, voltado a compensar as dificuldades vividas pelos portadores de deficiência.

Inclusive este foi o posicionamento foi adotado pelo Supremo Tribunal Federal, ao se manifestar acerca de tema correlato, por intermédio da ADI 2.649, a qual julgou constitucional a Lei nº 8.899, de 1994, que concedeu passe livre às pessoas carentes e portadoras de deficiência, no sistema de transporte coletivo interestadual.

No referido julgado, relatado pela Ministra CARMEN LÚCIA, ressaltou-se a necessidade de adoção de políticas públicas voltadas a amenizar os efeitos das condições experimentadas por tais indivíduos, dando foco não à sua carência material, mas às limitações físicas que lhes causam maior grau de dificuldade de inserção social, de exercício de direitos e do pleno gozo da cidadania.

Ademais, conforme bem ressaltou o autor da proposição, é necessário relevar que o sistema de saúde não possui um amplo atendimento em todos os municípios do Estado, obrigando com que os portadores de doenças grave se desloquem para outras cidades para o sucesso em seu tratamento.

Consigne-se que não vislumbro qualquer ofensa aos artigos 67 e 88 da Constituição Estadual, uma vez que não dispõem sobre a criação e nem sobre a extinção do de Secretarias e órgãos da administração pública, não adentrando na esfera da competência legislativa do Chefe do Poder Executivo. De igual sorte, não interfere na direção superior da administração estadual.

Por fim, entendo que a pretensa legislação não fere os artigos 37, inciso XXI, e 175, da Constituição Federal não gerando desequilíbrio econômico-financeiro ao contrato de concessão, uma vez que o artigo 175, parágrafo único, III, da Carta Magna, dispõe que a política tarifária será estabelecida em Lei, outrossim, se pode estabelecer política tarifária, também pode estabelecer isenção do pagamento de



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



pedágio nas rodovias estaduais, mantendo inalterado o equilíbrio econômico-financeiro.

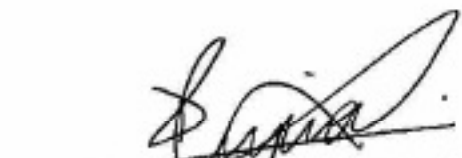
No tocante a técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, bem como com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 2001. De igual maneira a proposição está em perfeita harmonia com o que determina a Lei Complementar Estadual nº 176, de 2014.

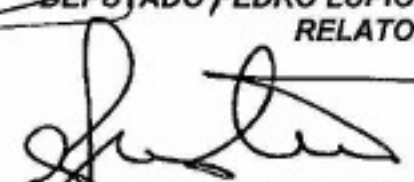
É O VOTO.


iii. Conclusão


Ante o parecer e as razões acima expostas concluo pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 185, de 2015, de autoria do Deputado Estadual Missionário Ricardo Arruda.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2015.


DEPUTADO PEDRO LUPION
RELATOR


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


VISTA EM 12/05/2015


Dep. Paulo Edson Proença,
Gelson de Souza, Bernardino
Carli, Alexandre Curci,
CCJ
e Tiago Amador.

VOTO
CONTRARIO
AO PARECER

Dep. PE
Edson

APROVADO

9.05.15

Gabinete Parlamentar Deputado PEDRO LUPION

Edifício Tancredo Neves, Praça Nossa Senhora
da Salette s/n, Gabinete 806, Centro Cívico,
Curitiba, Paraná. CEP 80530-911

Fone (fax): (41) 3350 4006
Internet: www.pedrolupion.com.br
E-mail: dep.pedrolupion@gmail.com



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 185/2015

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Missionário Ricardo Arruda, dispõe sobre a isenção do pagamento de pedágio para pessoas com doenças graves e degenerativas em tratamento de saúde fora do Município de seu domicílio.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo de isentar da tarifa de pedágios, pessoas, portadores de doenças graves e degenerativas, pois nessas condições, muitos diminuem significativamente os seus ganhos, dificultando ainda mais o seu tratamento de saúde, quando não existe nenhum tratamento similar no Município de seu domicílio.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 25 de maio de 2015.


DR. BATISTA
Presidente
Relator
NELSON LUGER



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



PARECER

Da COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO sobre O Projeto de Lei (PL) nº 185, de 2015: *Dispõe sobre a isenção do pagamento de pedágio para pessoas com doenças graves e degenerativas em tratamento de saúde fora do Município de seu domicílio.*

Relator: Dep. FELIPE FRANCISCHINI

i. Relatório

Submete-se, nesta oportunidade, ao exame desta Comissão, o Projeto de Lei (PL) nº 185, de 2015, de autoria do Deputado Missionário Ricardo Arruda, que dispõe sobre a isenção de pedágio para pessoas com doenças graves e degenerativas que façam tratamento em domicílio diverso ao do seu domicílio, anteriormente à submissão à presente Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação foi detidamente analisado pela Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis, tendo parecer favorável na sessão do dia 19 de maio de 2015 e também pela Comissão de Saúde, 25 de maio de 2015, razão pela qual deve agora ser analisado nos exatos termos exigidos pelo Regimento Interno desta ALEP, em especial no seu art. 33-F.

É O RELATÓRIO

Página 1 de 3



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



ii. Fundamentação

Passo para a análise do mérito a luz do O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em seu art. 33-F, assim dispõe:

Art. 33-F. Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação manifestar-se sobre proposições relativas a obras públicas, seu uso e gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte e, sobre comunicação em geral.

Desta feita, o presente projeto de lei, em especial por prever a isenção de pedágio, necessita de análise desta d. Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Para tanto, é importante analisar o seu enquadramento na legislação pertinente.

Nesse sentido, podemos citar o quanto disposto no art. 146, da Constituição Estadual, que dispõe sobre as concessões públicas no Estado do Paraná:

Art. 146. Incumbe ao poder público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

§ 1º. Lei complementar disporá sobre:

I - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato, de sua renovação e prorrogação, bem como sobre as



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;

II - os direitos dos usuários;

III - a política tarifária;

IV - a obrigação de manter serviço adequado;

§ 2º. Nas delegações de novas linhas de transporte coletivo de passageiros, a serem implantadas no Estado, bem como nas renovações e prorrogações das mesmas, é vedada a cláusula de exclusividade.

Ora, resta evidente a possibilidade de se analisar o presente projeto de lei e autorizar a sua regular tramitação, tendo em vista seu mérito bastante importante para a garantia do direito de ir e vir, constitucionalmente garantido, em especial aos portadores de doenças graves e degenerativas em nosso Estado.

É O VOTO.

III. Conclusão

Diante do exposto, voto pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 185, de 2015, de autoria do Deputado Missionário Ricardo Arruda.

Sala das Comissões, 29 de junho de 2015.

Dep. Paulist

DEPUTADO FELIPE FRANCISCHINI
RELATOR

TIAO

DEPUTADO MARCIO PALIKI
PRESIDENTE

Dep. Pastor

Página 3 de 3



Emenda de Plenário nº	01
DAP	13 JUL 2015
Visto	Claudia Abreu

SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 185/2015



Nos termos do § 2º do art. 137 do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa do Paraná, apresenta-se substitutivo ao Projeto de Lei nº 185/2015:

Isenção do pagamento de pedágio para pessoas com doenças graves e degenerativas em tratamento de saúde fora do município de seu domicílio.

Art. 1º Obriga as empresas concessionárias de pedágio do Estado do Paraná a isentar a tarifa dos veículos de pessoas com doenças degenerativas.

Art. 2º Para se beneficiar da isenção de tarifa, o enfermo deverá comprovar:

I - o tratamento de saúde fora do município de seu domicílio;

II - a inexistência de qualquer tratamento similar no município de seu domicílio;

III - a necessidade, periodicidade e prazo de realização do tratamento, por meio de laudo médico.

Art. 3º As empresas concessionárias de pedágio deverão criar uma identificação para os beneficiados de isenção da tarifa descritos no art. 1º desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 13 de julho de 2015.

Missionário Ricardo Arruda
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa adequar o Projeto à Lei Complementar nº 176, de 11 de julho de 2014.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Antônio Carlos
Gabinete do Deputado Tercílio Turini

Fls. 29
Emenda de Plenário nº 02
13 JUL 2015
DAP
Visto *Claudia Abreu*

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 185/2015

Nos termos do § 2º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se Emenda Substitutiva Geral ao Projeto de Lei 185/2015, com a seguinte redação:

Súmula: Dispõe sobre a isenção do pagamento de pedágio para pessoas com doenças crônicas ou agudas que necessitam de tratamento fora do Município de seu domicílio.

Art. 1º Ficam obrigadas as empresas concessionárias de pedágio do Estado do Paraná, a isentar a tarifa de veículos que transportam pessoas que realizam tratamento de saúde (consulta ambulatorial ou procedimentos seriados) fora de seu domicílio de origem.

§ 1º Para se beneficiar da isenção de tarifa, o paciente deverá comprovar a necessidade do tratamento de saúde fora do Município de seu domicílio;

§ 2º Deverá ser comprovado a inexistência de qualquer tratamento similar no Município de seu domicílio;

§ 3º Deverá ser comprovado a necessidade, periodicidade e prazo de realização do tratamento, por meio de laudo médico.

d.

§ 4º A Apresentação da TFD substitui os documentos exigidos nos parágrafos anteriores para concessão da isenção da tarifa.

Art. 2º As empresas concessionárias de pedágio deverão criar uma identificação para os beneficiados de isenção da tarifa descritos no artigo anterior.

Art. 3º Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em 13 de julho de 2015.

GILSON SOUZA

TERCÍLIO TURINI
Deputado Estadual

Dr. Edson Praczyk



Justificativa

A presente proposta pretende alterar a redação do Projeto de Lei n.º 185/2015, com o propósito de aplicar melhor técnica legislativa a proposta para que esta atinja seus reais objetivos.

A súmula do referido Projeto de Lei, bem como o artigo 1º, referem-se a pessoas com doenças degenerativas. Sabemos que doenças degenerativas, por exemplo: artroses e osteoporose, são apenas algumas das patologias que necessitam de tratamento e acompanhamento fora do domicílio, especialmente em municípios pequenos.

No entanto, sabemos que o real objetivo da presente proposta é atender todos os doentes que necessitam de tratamento em outro Município, sendo doença aguda ou crônica e não excluir algumas patologias como ocorre com a redação atual do Projeto.

A tônica do cotidiano do atendimento de média e alta complexidade ocorre em cidades polos, onde se localizam os centros de especialidades médicas, as regionais de saúde, os consórcios intermunicipais e os hospitais regionais ou de referência. Desta forma, estamos certos da necessidade de aprovação da presente proposta e, com a aceitação da presente emenda, de forma a atender todos os pacientes que necessitam deste benefício.

Diante do exposto, e devido a importância da presente proposta, pedimos o seu devido apoio e a consequente aprovação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

DAP

Fls. 32

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº: 185/2015

Emenda de Plenário nº	3
DAP	13 JUL 2015
Visto	<i>[Assinatura]</i>

Ementa Dispõe sobre a isenção do pagamento de pedágio para pessoas com doenças graves e degenerativas em tratamento de saúde .

Nos termos do § 3º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se esta emenda ~~aditiva~~ no artigo 1º, com a inclusão de § 4º estabelecendo que:

"Art 1º

...

§ 4º. "O benefício será extensivo, se existindo o tratamento no Município de domicílio, comprovadamente não houver vaga."

Sala das Sessões, 10 de Julho de 2015.

[Assinatura]
NELSON IVERNIZZI

[Assinatura]
ESTIVO BRASILTO

Marcio Pauliki
Deputado Estadual

[Assinatura]
MARCIO PAULIKI

Deputado Estadual Marcio Pauliki
Praça Nossa Senhora da Salette, s/nº - sala 105 - 1º Andar
Telefone: (41) 3350-4176

15408 13/07/2015 09:37:50 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura

2015



Emenda de Plenário nº 4

DAP 13 JUL. 2015

Visto *Claudio Abreu*

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 185/2015

Art. 1º. O artigo 1º, do Projeto de Lei nº 185/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Ficam obrigadas as empresas concessionárias de pedágio do Estado do Paraná, a isentar do pagamento de tarifa os veículos de pessoas portadoras de doenças graves ou degenerativas."

Sala das Sessões em 13 de julho de 2015.

AKAO DA
AKAO DA
PARANHOS
DEPUTADO ESTADUAL

Justificativa. (Nos termos do § 3º, do art. 137, do Regimento Interno, apresenta-se emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 185/2015.)

A Proposição em epígrafe, em seu artigo 1º, na forma original restringe a apregoada isenção somente aos proprietários de veículos que possuem doenças degenerativas, excluindo grande gama de pessoas portadoras de doenças também consideradas graves. Observe-se que na Sumula da proposição o autor cita doenças graves assim como também em sua justificativa, provocando conflito conceitual. Neste sentido propomos pequena alteração de cunho corretivo no *caput* da Proposição inserido o termo "doenças graves ou degenerativa".



PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre as Emendas de Plenário apresentadas no Projeto de Lei nº 185, de 2015, de autoria do Deputado Estadual Missionário Ricardo Arruda que *"Dispõe sobre a isenção do pagamento de pedágio para pessoas com doenças graves e degenerativas em tratamento de saúde fora do município de seu domicílio."*

Relator: Deputado **PEDRO LUPION**

I. Relatório

Submete-se ao exame desta Comissão as emendas de Plenário, apresentadas ao Projeto de Lei (PL) nº 185, de 2015, de autoria do Deputado Estadual Missionário Ricardo Arruda, que objetiva a isenção do pagamento de pedágio para pessoas portadoras de moléstias graves e/ou degenerativa em tratamento de saúde em município diverso de seu domicílio.

O autor do PL apresentou substitutivo geral, no qual visa tão somente adequar o texto a Lei Complementar Estadual nº 176, de 2014. Passando a ser tratada, no presente como Emenda nº 01.

O Deputado Estadual Tercílio Turini apresentou Emenda Substitutiva Geral, com o intuito de ampliar o rol de pessoas que seriam isentas ao pagamento do pedágio, não restando restrito apenas a doenças graves e degenerativas mas para todos os usuários que em tese realizariam consulta ambulatorial ou procedimentos seriados. Adiante nominada Emenda nº 02.

O Deputado Estadual Márcio Pauliki apresentou emenda aditiva, acrescentando ao artigo 1º o §4º dispondo que o benefício será extensivo quando houver tratamento no município de domicílio, porém quando comprovadamente houver falta de vagas para o tratamento. Adiante nominada Emenda nº 03.



Por fim, o Deputado Estadual Paranhos apresentou emenda aditiva, buscando acrescentar ao artigo primeiro a expressão "doenças graves ou degenerativas", sob o argumento que quando da interpretação da norma haverá conflito conceitual. Adiante nominada Emenda nº 04.

Destarte, nos termos regimentais o PL retornou a esta Comissão com a finalidade de submeter as Emendas de plenário à análise de sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade e regimentalidade.

É O RELATÓRIO.

ii. Fundamentação

Consigne-se, de início, que todas as emendas estão dentro da regimentalidade exigida quanto a forma e o momento adequado para apresentação, nos termos do artigo 141, inciso II¹ do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (RIALEP)

Em relação a **Emenda nº 01**, substitutivo geral apresentado pelo autor, verifica-se que visa tão somente adequar a proposição às regras estabelecidas na Lei Complementar Estadual nº 176, de 2014.

Outrossim, não encontra qualquer óbice para sua aprovação, sendo a matéria constitucional, dentro dos limites da legalidade e da regimentalidade exigida, devendo o mesmo ser **aprovado**.

A **Emenda nº02**, apresentada na forma de substitutivo geral pelo Deputado Tercílio Turinio, conforme já se referiu objetiva abranger os benefícios previstos na proposição a todos os casos em que o usuário estiver indo a cidades contigua para tratamento médico, independente da natureza da moléstia.

Ocorre que o mencionado substitutivo desvirtua a proposta inicial, considerando que o autor busca isentar somente os portadores de moléstias **graves e degenerativas**, enquanto a emenda amplia significativamente o rol de beneficiários.

¹ Art. 141 As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:
I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados; [...]



Portanto, o substitutivo retira a essência do PL em descompasso com o RIALEP, artigo 137, §5º², apresentando assim óbice em relação a sua regimentalidade, devendo a mesma ser **rejeitada**.

De mesma forma ocorre com a **Emenda nº 03**, de autoria do Deputado Marcio Pauliki, desvirtua a proposição uma vez que já se subentende que o portador da moléstia grave degenerativa ao fazer tratamento em outro município, e cumprido os requisitos da proposição, já será merecedor dos benefícios.

Ou seja, já é um dos requisitos para a aplicação da norma o fato do tratamento médico de doenças graves e degenerativas ser realizado em outro município, não havendo distinção se há ou não vagas no domicílio do usuário para tanto.

Ademais, deve-se consignar que independe de haver vagas ou não no domicílio do usuário, a discricionariedade do local e da forma do tratamento é exclusiva médico-paciente, sendo então aplicada a legislação para os casos em que o doente transitar entre os municípios, independente se houver vagas ou não na unidade de saúde de sua cidade.

Outrossim, a aprovação da emenda desvirtuaria a proposta inicial, devendo a mesma ser **rejeitada** nos termos do artigo 137, §5º do RIALEP.

Por fim, em relação a **Emenda nº 04**, apresentada pelo Deputado Paranhos visa incluir no artigo 1º, após a expressão doenças graves, a expressão "ou degenerativa".

De mesma forma a emenda deve ser rejeitada, nos termos do artigo 137, §5º do RIALEP, considerando que altera a essência da proposição possibilitando a interpretação diversa ao dispositivo, ampliando o rol de beneficiários para aqueles portadores de doenças graves ou degenerativas, quando o autor na verdade visa buscar a isenção aos portadores de doenças graves e degenerativa.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº. 95/98, bem como, no

² Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

[...]

§ 5º. Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal. (grifos nossos)





âmbito estadual, da Lei Complementar nº. 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

iii. Conclusão



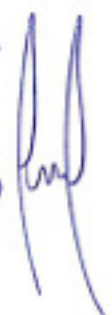
Diante do exposto, uma vez obedecido o trâmite legal, bem como por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, opina-se pela **APROVAÇÃO** da **Emenda nº. 01 na forma da inclusa Subemenda Modificativa** proposta por esta Comissão e, a **REJEIÇÃO** das Emendas nº. 02, 03 e 04, tendo em vista a dissonância com relação ao Projeto de Lei inicial.


Curitiba, 13 de julho de 2015.


Deputado PEDRO LUPION
Relator


Deputado NELSON JUSTUS
Presidente


==


 → 





APROVADO

14107115 





SUBEMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 185/2015

Nos termos do § 4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se emenda para alterar o teor do artigo 1º do Projeto de Lei nº 185/2015, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Obriga as empresas concessionárias de pedágio do Estado do Paraná a isentar a tarifa dos veículos de pessoas com doenças graves e degenerativas."

Sala das Comissões, 13 de julho de 2015.


Deputado PEDRO LUPION
Relator


Deputado NELSON JUSTUS
Presidente






APROVADO

14/07/15